

PROJETOS EDUCACIONAIS PARA A JUVENTUDE BRASILEIRA: IGREJA CATÓLICA, ESTADO NOVO E MOVIMENTO ESCOTEIRO NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940.

Aluna: Thaís Lacerda Queiroz Carvalho

Orientadores: Margarida de Souza Neves, Silvia Ilg Byington e Eduardo Gonçalves.

Introdução

Desde sua fundação em 1940, a PUC-Rio é uma universidade que enfatiza o desenvolvimento de pesquisas e da ciência no Brasil. Partindo desse projeto consolidado de uma universidade de pesquisa, a PUC-Rio conseguiu reconhecimento e excelência não só no que diz respeito aos cursos de graduação, mas também na pós-graduação.

Por entender que a Universidade deveria construir para si uma memória institucional para a formulação de projetos futuros, a Vice-Reitoria Acadêmica teve a iniciativa de, em 2006, criar o Núcleo de Memória da Pós-Graduação e da Pesquisa na PUC-Rio. O Núcleo tinha como objetivo inicial recolher material de acervos privados e dos diversos Departamentos e órgãos da Universidade, organizá-los, cadastrá-los e publicá-los no site (<http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/site/>). Em 2008 o Núcleo foi ampliado e passou a tratar de todas as atividades universitárias, graduação e pós-graduação, e tornou-se o Núcleo de Memória da PUC-Rio.

O Núcleo assume a feição de um lugar de memória, no sentido que tal conceito ganha na formulação do historiador Pierre Nora, ou seja, no tríplice sentido de ser um lugar físico de construção da memória, um lugar cuja função é fazer memória e um lugar simbólico da memória institucional da Universidade.

Portanto, através dos seus diferentes usos e serviços voltados à comunidade acadêmica, o Núcleo é reconhecido institucionalmente como lugar de memória e serve de referência para toda a PUC-Rio e para pesquisadores de outras instituições e núcleos de pesquisa.

No Núcleo de Memória da PUC-Rio, é condição primeira o trabalho coletivo, o que se tornou ainda mais possível no ano de 2011, quando obtivemos sala própria no Edifício Cardeal Leme, no *campus* Gávea. Sob a coordenação da professora Margarida de Souza Neves e da pesquisadora Silvia Ilg Byington, a equipe é composta pelos pesquisadores Clóvis Gorgônio e Eduardo Gonçalves, pelo fotógrafo Antônio Albuquerque e pelos bolsistas: Igor Valamiel F. Martins (até fevereiro 2014), Wendy L. S. M. R. Soares (até fevereiro 2014), Namíbia Rodrigues, Matheus Lima Targuêta, Yasmin Getirana (a partir de fevereiro 2014), Fabio Cano Gómez (a partir de fevereiro 2014) e Thaís Lacerda Queiroz Carvalho.

O presente Relatório tem como objetivo descrever as atividades desempenhadas por esta bolsista do Núcleo de Memória da PUC-Rio no período de agosto de 2013 a junho de 2014. Divide-se em duas partes: a primeira, o Relatório Técnico, de caráter descritivo, relata as atividades realizadas pelo grupo de pesquisa como um todo, e as minhas contribuições individuais ao andamento do projeto; a segunda parte, o Relatório Substantivo, apresenta um texto que consolida o meu trabalho de pesquisa até o momento.

Atividades em Equipe

No período entre agosto de 2013 e junho de 2014 a equipe do Núcleo de Memória realizou as seguintes atividades:

01. Localização e registro de documentação escrita, iconográfica, filmográfica e sonora, direta e indiretamente relacionada ao tema do projeto nos acervos da PUC-Rio;
02. Seleção, coleta e tratamento do material documental;
03. Consulta a professores, pesquisadores, ex-alunos e funcionários administrativos para coleta e aferição de documentos e informações pesquisadas;
04. Identificação de fotografias coletadas e selecionadas para cadastro no acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio;
05. Catalogação e sistematização do material documental através de digitalização e cadastro em metadados no acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio;
06. Realização de seminários de leitura internos com a participação dos componentes da equipe para discussão de textos teóricos sobre conceitos de Memória, Identidade e História. Alguns dos seminários contaram com a presença da professora Tânia Dauster, do Departamento de Educação, e de alunos do departamento de História.
07. Realização de reuniões técnicas semanais com a participação do grupo de pesquisadores e bolsistas, tendo como principais objetivos sistematizar a agenda de tarefas, revisar em equipe os textos das Crônicas de Memória que um dos integrantes tenha escrito para o Jornal da PUC, trocar experiências e sanar eventuais dúvidas sobre a rotina de trabalho;
08. Publicação do acervo através do *website* do Núcleo de Memória da PUC-Rio;
09. Produção e edição de conteúdo, textos e imagens, para publicação no *website* do Núcleo de Memória da PUC-Rio;
10. Produção do Anuário da PUC-Rio;
11. Produção das Crônicas de Memória publicadas em todas as edições do Jornal da PUC;
12. Manutenção e atualização do *website* institucional do Núcleo de Memória da PUC-Rio;
13. Atendimento a solicitações relativas à pesquisa no acervo, cessão e autorização de uso de documentos e perguntas sobre temas abordados. As consultas, internas e externas à Universidade, são respondidas diretamente pela equipe ou encaminhadas aos setores responsáveis;
14. Cópias em mídia digital dos documentos solicitados pelos diversos setores da Universidade e externos a ela;
15. Proposta de uma nova disposição para os objetos relativos à história da PUC-Rio conservados nas vitrines da Reitoria, e execução de tal proposta;
16. Outras atividades:
 16. 1. Instalação, em parceria com a Biblioteca Central, de uma exposição sobre os 50 anos da Pós-Graduação da PUC-Rio na entrada da Biblioteca no edifício Frings;
 - 16.2. Visita à exposição fotográfica de Evandro Teixeira no Centro Cultural Justiça Federal, chamada “Tempos de Chumbo, Tempo de Bossa”, no dia 12/02/2014;
 - 16.3. Digitalização de artigos com importância para a PUC-Rio presentes em exemplares da Revista A Ordem, que solicitamos à Biblioteca;
 - 16.4. Digitalização de arquivos da Diretoria de Admissão e Registro (DAR) da PUC-Rio que foram anteriormente selecionados;
 - 16.5. Digitalização de Arquivos do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES);
 - 16.6. Pesquisa e atualização de dados para a cronologia sobre a PUC-Rio, para inclusão no Anuário PUC-Rio 2012 e 2013 em versão digital;

Atividades individuais: Thaís Lacerda Queiroz Carvalho

No período compreendido por este relatório, de agosto de 2013 a junho de 2014, realizei as seguintes atividades:

I. Digitalização de Arquivos da Diretoria de Admissão e Registro (D.A.R.) e de exemplares da revista A Ordem

O acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio é constituído através de pesquisa, coleta, seleção, tratamento, catalogação e sistematização de documentos relacionados à memória da Universidade. Por documentos, entendemos não só aqueles que são escritos, mas também imagens, vídeos, entrevistas. Tais documentos são digitalizados e cadastrados em fichas de metadados.

Fiquei responsável pela digitalização das atas da DAR dos primeiros vestibulares da PUC. Fiz este trabalho junto com o bolsista Matheus Lima Targuêta. Num segundo momento fiz um trabalho de digitalização dos artigos da revista A Ordem que tivessem relação com a criação da PUC Rio desde a sua primeira edição, de 1922. Estes exemplares foram também encaminhados para a reencadernação por iniciativa do Núcleo de Memória e posteriormente devolvidos para a Biblioteca.

II. Levantamento de dados e documentos do professor Alceu Amoroso Lima

O Núcleo de Memória da PUC-Rio nasceu para ser um acervo virtual dos documentos que dizem respeito à memória de nossa Universidade. Neste intuito estão sendo criados também acervos sobre aqueles que participaram da fundação da PUC-Rio. Durante o segundo semestre de 2013 fiquei responsável por montar um acervo com documentos do professor Alceu Amoroso Lima. Para isso pesquisei os registros sobre a sua atuação nos Anuários da PUC-Rio entre os anos de 1941 a 1964 e registrei estas ocorrências; li e selecionei partes de publicações a seu respeito ou de entrevistas; digitalizei documentos que foram solicitados ao setor de Recursos Humanos, artigos de sua autoria (assinados como Alceu Amoroso Lima ou com seu pseudônimo Tristão de Athayde) da Revista A Ordem e outros arquivos encontrados a seu respeito, como a ficha reproduzida a seguir, do “Livro de Registro de Professores e Auxiliares da Administração Escolar das Faculdades Católicas”:

26 + 304 1

27



Nome *Dr. Alceu Auroroso Lima (Advogado)*
 Filiação { Pai *Manoel José Auroroso Lima*
 Mãe *Camilla da Silva Auroroso Lima*
 Nascimento { Data *11 de Dezembro de 1893*
 Lugar *Rio de Janeiro*
 Nacionalidade *Brasileira*
 Quando estrangeiro { E casado com brasileira? _____
 Tem filhos brasileiros? _____
 Data em que chegou ao Brasil _____
 Carteira de Identidade modelo n.º 19, n.º _____
 Residência *Rua D. Mariana, 149*

Nome dos beneficiários *Maria Theresa de Faria Aua. Lima*
(Membro do Conselho Nacional de Educação)
 Numero do registro profissional *14.997* Carteira Profissional *14.145 Série 32*
(D. N. E.) (D. N. do Trab.)
 Carteira Sindical n.º _____ Carteira Reservista n.º *inuito* Carteira do Instituto ou Caixa de
 Aposentadorias e Pensões n.º _____ Categoria *Catedrat.* Função *Professor*
 Vencimentos *20 \$ 000* (*vinte e cinco mil reis*)
 Forma de pagamento *mensal* Comissões *por aula dada.*
 Utilidades \$ _____ Gorgelas ou Gratificações \$ _____
 Horário normal de trabalho: das *oito* às *uma* horas, com o intervalo de *20 minutos*
 para refeição e descanso.
 Data da admissão *15* de *Março* de 1941
 Rio de Janeiro, *18* de *Setembro* de 1941
afcen
(Assinatura do empregado)
 Data da saída _____ de _____ de 194_____
(Assinatura do empregado)

Polégar-Direito
Professor
na
Universi-
dade do
Brasil.

III. Publicação no Jornal da PUC.

O Núcleo publica no Jornal da PUC uma série de artigos intitulada Crônicas de Memória. Em 2013, a série de crônicas intitulava-se “Janelas do Tempo” e buscava fazer memória a partir de fotos antigas que integram o seu acervo de locais ou eventos diversos da

PUC-Rio. Na edição 276, de 17/12/2013, foi publicado o texto “Sobre Cofres e Tesouros”, artigo de autoria da Professora Margarida de Souza Neves, para o qual realizei a pesquisa de informações.

Já no ano de 2014, a série se chamou “Para não esquecer”, tratando de episódios da PUC-Rio relacionados ao período da Ditadura Militar no Brasil. Então na edição 283, a ser lançada em agosto de 2014, será publicado o artigo “Raul Amaro Nin Ferreira, ‘*onde quer que ele esteja*’”, reproduzido a seguir, escrito em conjunto por mim e pela Professora Margarida, que trata do episódio da prisão de Raul Lanari no mês de agosto de 1971:

Raul Amaro Nin Ferreira, “*onde quer que ele esteja*”.

Mães são capazes de tudo para confortar um filho que sofre. É isso o que mostra a carta escrita por Mariana Lanari Ferreira, mãe de nove filhos, quando Raul, o mais velho, foi preso na noite de 1º de agosto de 1971. Em carta escrita ao Coronel Homem de Carvalho, ela deixa perceber sua angústia quando pede ao então comandante da Polícia Especial que entregue ao filho, “*onde quer que ele esteja*”, um embrulho que, além de roupas, faria chegar a ele seu carinho.

Raul tinha 27 anos, formara-se em Engenharia Mecânica pela PUC-Rio, estava noivo e acabava de ganhar uma bolsa de estudos para a Holanda. Detido durante uma batida policial, foi considerado suspeito por ter em seu carro esboços de dois mapas, um deles do caminho para o apartamento que alugara em Santa Teresa, onde a polícia encontrou mimeógrafos e material de propaganda de um grupo político, guardados ali a pedido de um amigo.

Enquanto esteve preso, a família moveu céus e terras para localizá-lo. Nem mesmo o fato de seu caso ter sido levado ao conhecimento de Ministros de Estado fez que tivessem dele qualquer notícia.

No dia 12 de agosto o corpo de Raul, com evidentes marcas de tortura, foi entregue à família. Os registros oficiais da *causa mortis* são divergentes. Em alguns consta *edema pulmonar*, em outros, *embolia e ataque cardíaco* ou apenas a palavra “*morto*”. O que foram os dias de prisão, torturas e morte está amplamente documentado no site armazemmemoria.com.br e no *Relatório* feito por sua família.

Foram muitos os jovens que tiveram o mesmo destino de Raul nos duros tempos da ditadura. Mas ele é o único ex-aluno da PUC-Rio morto sob tortura pelas mãos do Estado Brasileiro. Por isso, no dia 2 de junho de 2014, data de seu aniversário, o C.A. de História fez uma homenagem a Raul e plantou no campus uma muda da mesma árvore que existia no jardim de sua casa. À sombra desta árvore, foi inaugurada uma placa para que sua memória permaneça sempre na universidade. “*Onde quer que ele esteja*”, que Raul saiba que nunca será esquecido na PUC-Rio.



Raul Amaro Nin Ferreira, na Serra da Bocaina. S.D. Fotógrafo desconhecido. Foto cedida por seu irmão, Miguel Nin Ferreira.

IV. Pesquisa para PIBIC

Sendo o objetivo deste estágio também a Iniciação Científica, incentivando-nos e preparando-nos para a pós-graduação, como bolsistas do Núcleo de Memória da PUC-Rio devemos também produzir um projeto para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), a ser apresentado em agosto de 2014 na PUC-Rio. Durante boa parte do tempo de trabalho eu realizei pesquisas de bibliografias sobre o meu tema e fazia a leitura delas. Dentre muitos documentos, livros, jornais e publicações, os principais títulos lidos a respeito foram:

- PAULO, Heloísa Helena de Jesus. **O DIP e a juventude no Estado Novo (1939-1945)**: Análise de uma ideologia através do discurso de um órgão de propaganda estatal. Dissertação de Mestrado. PPPGH – UFF, 1987.
- SALEN, Tânia. Do Centro D. Vital à Universidade Católica. In: SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1982. p. 97-134.
- POWELL, Lord Baden. **Caminho para o Sucesso**: um livro para rapazes sobre o esporte da vida. São Paulo: Editora Escoteira, 1965. 1ª edição, 1922.

Para me aprofundar no tema de minha pesquisa, que compreende as décadas de 1930 e 1940, também fui a Niterói no dia 10 de maio de 2014 entrevistar a chefe escoteira Maria Pérola Sodré a respeito do Movimento Escoteiro. Esta entrevista foi gravada em áudio e tomei notas a respeito. Mesmo não sendo usada de maneira direta no relatório, a conversa foi muito importante para minha pesquisa e compreensão do assunto.

Para encontrar documentos a respeito do Movimento Escoteiro também visitei o Centro Cultural do Movimento Escoteiro (CCME), na rua Primeiro de Março, no Rio de Janeiro, para pesquisas em sua biblioteca. A respeito do Movimento Católico do início do século passado solicitei à Divisão de Bibliotecas e Documentação da PUC-Rio (DBD PUC-Rio), exemplares da revista *A Ordem* que estavam em seu armazém. Literaturas a respeito do Estado Novo foram facilmente encontradas em bancos de dados na *internet* e no acervo comum da Biblioteca Central da PUC-Rio.

V. Participação em seminários teóricos, palestras e discussões com base em de bibliografias acadêmicas.

Durante nosso período de trabalho no Núcleo de Memória participamos de diversos seminários teóricos de debate, organizados por pesquisadores do Núcleo, discussões de textos acadêmicos e de algumas palestras dentro e fora da universidade. Os títulos de alguns dos seminários eu foram realizados são:

- “Lembrar, Escrever, Esquecer – Jean Marie Gagnebin”, conduzido pelas coordenadoras Margarida e Silvia e por dois antigos bolsistas do Núcleo, Pedro e Reinan, em 25/09/13;
- “Memória: Diálogos”, conduzido pela professora Margarida, em 05/02, 26/02 e 12/05/14.

Os textos lidos por toda a equipe que discutimos em equipe foram:

- “Memória, Identidade e Projeto”, capítulo IX do Livro *Projeto e Metamorfose – Antropologia das sociedades complexas*, de Gilberto Velho, p. 97-105; em 16/07/13;
- Verbete “Memória” de Jaques Le Goff da enciclopédia Einaudi, p. 11-50; discutido em 04/09/13;
- “Escrituras do Corpo”, capítulo IX do Livro *Lembrar, Escrever, Esquecer* de Jean Marie Gagnebin, p. 119-143; discutido em 23/10/13.

- “Pierre Nora e os Lugares de Memória”, capítulo de Margarida de Souza Neves no livro *Os Historiadores: Clássicos da História*; discutido em 12/03/2014.

E da palestra:

- “O trabalho de rememoração de Penélope: memória e esquecimento em Walter Benjamin”, da professora Jean Marie Gagnebin, organizada pelo Departamento de Filosofia da PUC-Rio, no dia 21/03/2014.

Relatório Substantivo

PROJETOS EDUCACIONAIS PARA A JUVENTUDE BRASILEIRA: IGREJA CATÓLICA, ESTADO NOVO E MOVIMENTO ESCOTEIRO NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940.

Aluna: Thaís Lacerda Queiroz Carvalho

Orientadores: Margarida de Souza Neves, Silvia Ilg Byington e Eduardo Gonçalves

I – Introdução

A Educação aparece hoje com grande importância quando discute-se o desenvolvimento de nossas sociedades, como faz a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), quando visa “garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, [...] auxiliando os Estados-Membros [...] na busca de soluções para os problemas que desafiam nossas sociedades” [1]. É importante também analisar o que se planejava para a educação em outro momento histórico, já que isso pode nos proporcionar um entendimento mais amplo do tema, ao conhecermos diferentes projetos já planejados. Escolhi fazê-lo com um enquadramento no Brasil, em três perspectivas diferentes: a da Igreja Católica, a do Movimento Escoteiro e a do Estado Novo de Getúlio Vargas. O farei em um período no qual ideologias encontravam-se radicalizadas e algumas vezes conflitantes no cenário internacional: durante as décadas onde se desenrolou a Segunda Guerra Mundial, 1930 e 1940. Período este em que no Brasil os

debates públicos [...] mobilizaram os círculos intelectuais em torno do tema da educação e seu papel central no processo de modernização nacional. Tanto para os círculos mais conservadores quanto para aqueles defensores de reformas sociais mais liberais ou mais democráticas, o campo da educação era visto em sua dimensão política extrema como um campo de lutas estratégico para o futuro do Brasil e que confrontava posições éticas e filosóficas inconciliáveis. [2]

Quanto às três perspectivas escolhidas, este período se mostra significativo uma vez que o Brasil estava sob um regime autoritário, com concentração de poderes no Executivo; a Igreja encontrava-se em um momento de conquistas na sua luta por recuperação de espaços políticos e sociais, entre outras iniciativas, com a criação da Universidade Católica; e o Movimento Escoteiro consolidava sua recente unificação no Brasil (criação da União dos Escoteiros do Brasil em 1924) e integração na condução de atividades.

Este trabalho pretende, portanto, entender o perfil de jovem que cada uma das três instituições visava formar, o que ajuda a compreensão dos projetos de cada uma para o futuro da nação. Após apresentação das linhas gerais da proposta de cada uma das três instituições,

será feita uma comparação de elementos presentes (ou ausentes) nos projetos educacionais de cada uma delas, apontando semelhanças e diferenças.

Usando o método da análise comparativa, através da historiografia, complementada pela interpretação de alguns documentos da época, basear-nos-emos principalmente na análise que Heloísa de Jesus Paulo faz sobre a ideologia do Estado Novo com ênfase no DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda, criado no Estado Novo) [3]; no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova [4]; nas ideias defendidas por Alceu Amoroso Lima, que são trabalhadas no artigo de Tânia Salem sobre a fundação da PUC-Rio [5], bem como análise de um discurso do Padre Leonel Franca [6] e outro de Amoroso Lima [7], publicados no primeiro Anuário da PUC-Rio. Por fim, será analisada a obra do fundador do escotismo, Lord Baden Powell, escrita para jovens maiores de 18 anos, intitulada “Caminho para o sucesso” (1965) [8] e “História do escotismo no Brasil” do Almirante Bernard Blower [9].

II – Projetos educacionais e o tempo abordado

Os debates públicos que mobilizavam intelectuais na década de 1930 tratavam do tema da educação e do papel central que ela assumia no processo de modernização do país. “Alguns grupos políticos da sociedade civil, que no período estruturavam projetos de reconstrução nacional, passaram a conceber a escolarização como o instrumento-chave para responder às crises que assolavam a cena brasileira e para afirmar as bases da nacionalidade.” [10]. O ano de 1936 chegou a ser chamado de Ano de Educação [11].

Os debates se davam entre diferentes esferas, envolvendo diferentes agentes sociais, mas também entremeavam as discussões de grupos específicos, integrantes de instituições sociais, entendidas aqui no seu sentido dado por Lakatos e Marconi [12], de formas de organização da sociedade marcadas por padrões de comportamento. Isso se dava devido à percepção da educação como forma não só de transmitir informações, como de construir o futuro, dando enfoque ao que se considerasse mais importante.

Como em qualquer momento histórico, os acontecimentos no plano internacional e no país se entrelaçavam e influenciavam-se mutuamente. Assim, é importante lembrarmos, sem nenhuma pretensão de mapear de forma exaustiva o acontecido, e assumindo que toda seleção implica numa escolha que não exclui a subjetividade, o que se passou neste momento da história, compreendido entre as décadas de 1930 e 1940.

No início da primeira década entraram em execução os projetos do *New Deal*, plano lançado pelo presidente estadunidense Franklin Roosevelt para a recuperação econômica após a Grande Crise de 1929, os movimentos totalitários começaram a tomar força na Europa até a eclosão da Segunda Guerra Mundial, quando, entre muitas outras coisas, ocorreram perseguições diversas, bombardeios de cidades inteiras, conflitos militares e alinhamento de governos a doutrinas totalitárias de maneira declarada ou não.

No Brasil, a primeira década começa com a chamada Revolução de 1930, quando Getúlio Vargas assume a presidência da República, num período onde espalhava-se o medo de revoluções comunistas e encarava-se o Brasil como não preparado para um regime liberal, segundo registra Maria Helena Capelato [13]. Em 1932 se dá a Revolução Constitucionalista em São Paulo, em 1934 é promulgada pela Assembleia Nacional Constituinte uma nova Constituição brasileira, em 1937 a Constituição conhecida como Polaca é outorgada por Getúlio Vargas, dando início ao período conhecido como Estado Novo, durante o qual instaura-se uma ditadura que se aproxima das ideologias totalitárias europeias em ascensão. As Leis Trabalhistas são consolidadas em 1943, constituídas em um significativo avanço dos direitos da classe trabalhadora, ainda que outorgadas como favor do Estado. Pressionado por seus parceiros internacionais, o Brasil declara em 1942 seu alinhamento à Aliança na Guerra como consequência de sua adesão aos compromissos da Carta do Atlântico.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial tem início a Guerra Fria e seu desenrolar, mas este trabalho se atém ao período permeado pela Segunda Grande Guerra e retrocede ao início da década de 1930. É neste período que a educação ganha relevância e o investimento tanto financeiro quanto de empenho dos diversos grupos cresce no período. O Estado Novo cria o Departamento de Imprensa e Propaganda e a Igreja conquista um lugar no debate público através da intelectualidade católica. Outros movimentos da sociedade evidenciam a preocupação comum com a educação e com a juventude, entre eles o Movimento Escoteiro. Devido a meu grande envolvimento e ligação familiar com o Movimento Escoteiro desde a infância e, através disso, ter percebido o papel de seu sistema de valores no desenvolvimento de um jovem, envolvi também a análise desta instituição no tempo abordado.

II.1 – O Projeto Educacional do Estado Novo

Dentro dos debates pedagógicos deste momento histórico, ganhou destaque a iniciativa de um grupo de intelectuais que defendiam, entre outros ideais que serão apresentados nesta sessão, um ensino nacional público, laico e universal e que produziu um documento intitulado “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, de 1932 [14]. Neste documento, vemos refletidas as ideias presentes no debate educacional, sustentadas por este grupo, em especial a defesa da escola pública, laica e universal, que em muito contrastavam com os projetos da intelectualidade católica de então (apresentados na próxima sessão).

Para os pioneiros da Educação Nova, a educação não poderia em hipótese alguma ser um privilégio determinado pelo poder aquisitivo, mas sim assumir o que eles chamaram de “caráter biológico”, isto é, aquela que reconhecesse “a *todo o indivíduo* o direito a ser educado até onde o permitam as suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social” [grifo nosso] [15], devendo a educação ser organizada para a coletividade em geral. Nisso vemos um caráter de inclusão quando se fala da posição do indivíduo na sociedade, que postulava que nada deveria influenciar seu direito à educação não importando seu lugar social, gênero ou qualquer outro sinal de distinção, e que admitia apenas o mérito e o que chamavam de aptidões naturais como limites para o grau de educação que o indivíduo receberia.

O Manifesto não se mostrava contra as escolas privadas. Estas poderiam existir, e serem de tipos diversos, permitindo que “as classes mais privilegiadas [assegurassem] a seus filhos uma educação de classe determinada” [16]. O Estado só deveria impedir que apenas uma minoria tivesse acesso ao sistema escolar “por um privilégio exclusivamente econômico” [17]. Isso reforça a ideia de que a educação era essencial para o desenvolvimento do indivíduo e existia uma base à qual todos deveriam ter acesso, independente das crenças mais amplas, que orientariam questões específicas durante o seu aprendizado. O Estado deveria garantir a todos o direito a uma educação de qualidade, e essa, tal como o Estado Republicano, teria que ser laica.

Defendia-se também a obrigatoriedade da educação e, para isso, reforçava-se a ideia da sua gratuidade. A obrigatoriedade era justificada por este grupo de intelectuais pelo *modus vivendi* da “sociedade moderna, em que o industrialismo e o desejo de exploração humana sacrificam e violentam a criança e o jovem, cuja educação é frequentemente impedida ou mutilada pela ignorância dos pais ou responsáveis e pelas contingências econômicas” [18]. A gratuidade permitiria a obrigatoriedade e esta proporcionaria um direito fundamental para muitos jovens que em outras circunstâncias não teriam acesso à educação. Hoje isso pode parecer trivial, quando 94,4% da população brasileira de 7 a 14 anos têm acesso ao ensino fundamental, segundo dados da UNECO [19], ainda que esse acesso não garanta nem uma escola pública de qualidade, tal como postulavam os pioneiros, nem a permanência na escola. Mas lembremo-nos que até 1960, mais de cinquenta por cento de nossa população era rural [20] e a taxa de analfabetismo no Brasil de 71,2% foi registrada em 1920 [21].

Isto tudo era defendido pois os pioneiros consideravam a educação como um direito fundamental e desejavam uma educação comum, “igual para todos” [22]. Posteriormente os jovens poderiam ser educados para especializar-se nas áreas profissionais, mas a base deveria ser universal. Para isso, o princípio da laicidade era fundamental. De acordo com o Manifesto, “a laicidade, subtrai o educando, respeitando-lhe a integridade da personalidade em formação, à pressão perturbadora da escola quando utilizada como instrumento de propaganda de seitas e doutrinas” [23]. Os Pioneiros da Educação Nova desejavam uma juventude que tivesse acesso a um ensino laico, que permitisse que eles praticassem qualquer religião e aderissem às doutrinas que desejassem, uma vez que tivessem consciência de si e informação. Com isso percebemos que este projeto educacional visava um jovem com uma base comum, na prática homogeneizada, que respeitasse as diferentes crenças existentes, possibilitando que o próprio jovem escolhesse a que fosse seguir, influenciado por outros meios que não a escola.

No projeto consolidado pelo Manifesto, o foco principal estava na unidade do ensino que possibilitasse melhor o profissional: através do fim da ruptura e descontinuidade entre ensino escolar e ensino superior os alunos estariam mais plenamente preparados para seguir uma formação profissional, que não seria delegada unicamente à universidade, mas poderia ser alcançados por cursos profissionalizantes ainda dentro do ensino escolar. Havia a visão de que um jovem que fosse preparado desde cedo para seguir um caminho específico estaria na verdade menos preparado ao chegar lá, por ser grande demais a carga de conhecimentos que se desejava passar, como fica explicitado no trecho a seguir: “a escola do passado, com seu esforço inútil de abarcar a soma geral de conhecimentos, descurou a própria formação do espírito e a função que lhe cabia de conduzir o adolescente ao limiar das profissões e da vida” [24].

Podemos entender que, aliado ao ensino profissionalizante, a defesa de um ensino laico visava dar liberdade ao jovem, em uma escola alheia a propagandas e doutrinas, uma vez que a opção por uma determinada crença era considerada própria da esfera privada. Enquanto isso, o que o trabalho de Heloísa de Jesus Paulo nos mostra é que o ensino efetivamente projetado pelo governo não era assim tão livre de ideologias e propaganda de doutrinas, como defenderam os intelectuais do Manifesto. As ideias defendidas pelos Pioneiros permeavam as diretivas oficiais para o ensino, porém não eram o elemento definidor do projeto educacional do Estado Novo, devido também às dificuldades de implementação junto ao Estado, que tinha muitas vozes a ouvir. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado pelo Estado Novo em 1939, mantinha publicações que mostram um projeto para a juventude, que representava o futuro da nação, bastante específico e delineado, como nos mostra Heloísa de Jesus Paulo [25].

Concentrando-se na perpetuação do regime, era feita farta propaganda não só do governo, mas também da pessoa de Vargas. E uma característica importante é que isso era feito principalmente em “textos rápidos, concisos, de leitura fácil”, segundo o que relata Heloísa Paulo em seu trabalho de pesquisa intitulado “O DIP e a juventude no Estado Novo (1939-1945)” [26], e que mostra a tentativa de alcance a uma maior parte da população e não só da alta intelectualidade. Estudos posteriores, como o trabalho de Maria Helena Capelato [27] aprofundam as formas, os meios, os significados e as implicações da política estadonovista que se bem punha “as multidões em cena”, não deixava de utilizá-las politicamente e controlá-las autoritariamente.

No projeto para a juventude arquitetado pelo Estado Novo estava muito presente a imagem de Getúlio Vargas como uma imagem a ser seguida – porém, a imagem que se construiu dele em sua juventude: “o menino Getúlio foi um ‘bom estudante’, ‘bom companheiro’, ‘inteligente’ e ‘ativo’” [28], é o que refletem inúmeras publicações a respeito de sua biografia, vivências e fatos louváveis – sempre louváveis – distribuídos em variados formatos: desde santinhos até livros de estante [29]. Getúlio se apresentava assim para a

infância e a juventude como um exemplo a ser admirado e seguido e um líder a ser respeitado e obedecido.

A figura de Getúlio adulto e chefe de Estado também era sempre propagandeada na forma de um herói, como nos mostra a análise de Heloísa de Jesus Paulo. “Vargas é ‘sábio’, um ‘homem de caráter’, ‘um chefe atual e presente’” [30] e muitas das ações de seu governo tinham como alvo os jovens. A criação do *Departamento Nacional da Criança*, que prepararia o jovem de amanhã e até mesmo das Leis Trabalhistas, que protegiam os pais e o futuro desses jovens, eram apresentadas nessa ótica.

Com isso procurava-se dar sempre um exemplo a ser seguido para a criação de uma juventude propagandeada, ao que percebemos, como sadia, consciente de si, que na verdade tinha como fim a perpetuação de Getúlio no poder e de seu regime. A autoconsciência do jovem era muito frisada. E para os intelectuais do Estado Novo, só com consciência do que está ao seu redor e de si mesmo ele poderia entender como tudo o que o regime significava e fornecia era bom para ele e para a nação brasileira que Vargas, como “pai da pátria” representava.

Esse ponto vai ao encontro do Manifesto dos Pioneiros, que afirma em sua frase final que

o dever mais alto, mais penoso e mais grave é, decerto, o da educação que, dando ao povo a consciência de si mesmo e de seus destinos e a força para afirmar-se e realizá-los, entretém, cultiva e perpetua a identidade da consciência nacional, na sua comunhão íntima com a consciência humana. [grifo nosso] [31].

No entanto, o entendimento que o Estado Novo tinha de autoconsciência como subordinação e enquadramento da juventude – como do resto da totalidade da nação – aos ditames e liturgias de um estado autoritário, mostram o quão distante estava esse projeto dos sonhos dos pioneiros da Educação Nova no Brasil. A ausência de democracia, o esvaziamento das práticas de cidadania e o tratamento dado pelo Estado Novo a alguns dos signatários do Manifesto o corroboram.

Hábil político e negociador, Getúlio soube, no entanto, cooptar intelectuais de peso para sua esfera de influência ao nomear Gustavo Capanema para o Ministério da Educação e Saúde e ao utilizar a máquina estatal nesse sentido. Entre esses intelectuais, encontravam-se lideranças católicas, clericais e leigas, a quem o Estado acenava com restabelecer alguns privilégios da Igreja Católica. O próprio nascimento da primeira Universidade Católica do país não escapa a esse contexto.

II.2 – O projeto Educacional da Igreja Católica no contexto de fundação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A Igreja Católica era a religião oficial do Estado durante o período imperial e perdeu este status com a Constituição republicana de 1891, Constituição com inspiração positivista que declarava o Estado laico. A “educação pública foi laicizada, com a eliminação do ensino de Religião do currículo e com a proibição de os governos subvencionarem escolas e hospitais católicos. Em resumo, depois de quatro séculos como religião oficial, o catolicismo perdeu o apoio do Estado no Brasil.” [32]. Neste contexto, no início do século XX, a intelectualidade católica começou a buscar meios de recuperar pelo menos parte das prerrogativas que perdeu com tal mudança. Com o catolicismo deixando de caminhar junto ao Estado, a Igreja enxergava uma ruptura política na sociedade que deveria ser combatida e viu a educação como instrumento chave para isso. “A década de 30 conferiu à escola o papel de agente de primeira ordem para modificações sociais mais profundas. [Havia a]

percepção do sistema escolar como um valioso recurso de poder. disputa pelo controle desse sistema” [33].

Assim, seu projeto educacional, que se traduziu pela multiplicação de escolas católicas, masculinas e femininas, pelo fortalecimento da ação católica brasileira, pela fundação do Centro Dom Vital e pela inauguração de “uma Universidade Católica para o Brasil” [34], seguia este desejo, como se buscará mostrar aqui.

A Igreja Católica não teve grandes sucessos neste sentido até a década de 1930, quando finalmente “a questão educacional se configurou, no período, em um importante elemento de barganha que viabilizou a reaproximação entre a Igreja e o Estado.” [35]. Assim, constatamos a existência também do viés político nesta empreitada da Igreja. O argumento católico para a importância da reaproximação com o Estado estava no pensamento defendido de que apenas a recuperação da moral cristã permitiria um fim das rupturas políticas e de que só através de uma moral unificada é que se poderia restabelecer a unidade e a ordem no país. Para isso o projeto educacional tinha um foco de formação intelectual de jovens que seriam formados para ocupar postos de direção do país e constituir-se em uma elite intelectual católica.

A fundação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro faz parte deste projeto e, nas alocações proferidas pelo Padre Leonel Franca, S.J., fundador e primeiro reitor da PUC, na sessão solene de inauguração das atividades da Universidade, fica clara esta ideia quando este fala que a missão universitária é “formar o homem superiormente culto”, e coloca a universidade como o recinto de onde saem aqueles que constituirão “o sistema nervoso do organismo social”, por serem estes que estarão no governo do país, na magistratura, na administração pública, no sacerdócio e no exercício das profissões liberais [36]. Neste discurso enxergamos o projeto da Igreja de educar jovens segundo a doutrina do cristianismo para ocuparem cargos de influência na organização da sociedade, com uma macro visão de a elite seguir a moral cristã. Isto baseava-se na crença de que a ruptura política que o Brasil vivia tinha origem na laicização do primeiro momento republicano. Neste mesmo discurso, proferido em 15 de março de 1941, Padre Franca diz que “[a]inda está por fazer o estudo dos males que à sociedade moderna trouxe o processo de laicização progressiva dos focos superiores da cultura da inteligência dissociados a pouco e pouco das fontes de vida espiritual da nação.” [37]

Esta é uma ilustração de um momento onde também mostrava-se forte a influência estadunidense pelo mundo quanto ao seu pensamento laicista, considerado individualista e protestante, “contribuindo assim para o enfraquecimento da espiritualidade e, particularmente, do catolicismo”, como era acusado [38]. Nesse sentido, recuperar a “alma católica” seria recuperar um perfil especificamente nacional, rejeitando as influências norte-americanas. Pautada nessas premissas, a Igreja formulou um programa cujo objetivo último era recristianizar a sociedade e a própria instituição do Estado. Isto seria feito através da ressocialização das elites dirigentes segundo os princípios cristãos “e o sistema educacional seria a base para veicular essa espiritualidade.” [39].

Pode-se afirmar que, em termos ideais, o projeto último da Igreja era o de recuperar a posição privilegiada e quase monopólica por ela desfrutada no universo cultural e educacional da Colônia. [...] Pautada nessas premissas, a Igreja formulou, no período, um programa deliberado para recristianizar a sociedade e a própria instituição do Estado - tarefa que se viabilizaria, basicamente, através da ressocialização das elites dirigentes segundo os princípios cristãos. [40]

Há de se notar, entretanto, que ao buscar esta nacionalidade e espiritualidade, não era deixado de lado em momento algum o desejo de formar tal elite pela ciência, buscando a plenitude do jovem. “O que se almeja é desenvolver o homem de inteligência sem atrofia do homem religioso, formar a ciência do homem, sem esquecer a virtude do homem”, como articulou Padre Leonel Franca no mesmo discurso citado anteriormente [41]. Tinha-se o objetivo de permitir uma “busca harmoniosa dos destinos humanos”, uma vez que a cultura era vista como “a realização integral da verdade da vida” [42].

Alceu Amoroso Lima, um dos fundadores da Pontifícia Universidade Católica, diretor do Centro Dom Vital, que articulava os leigos católicos, e diretor da revista A Ordem, de grande importância para a conformação de uma intelectualidade católica e para difusão de suas ideias, reforça esse desejo em seu discurso proferido na mesma ocasião quando diz “Todos vós sabeis o que ela [a Pontifícia Universidade Católica] quer: *retemperar a ciência nas fontes da sabedoria; humanizar a vida profissional, dar à cultura um fundamento de perenidade.*” [grifo do autor] [43]. Neste trecho reflete-se também o desejo da Igreja constantemente reforçado de formar profissionais não puramente científicos e laicos, como os católicos acusavam as faculdades de Direito do Rio de Janeiro de fazerem. Tanto que a intelectualidade católica sustentava que seu empreendimento vinha “suprir o vácuo existente na área de humanidade [sic] no Rio de Janeiro” [44], uma vez que os únicos cursos existentes à época eram Medicina, Direito e Engenharia, e evitaria a “contaminação marxista” da mocidade que, para eles, ocorria através dos cursos de direito [45]. Dessa forma a Igreja visava garantir a moralização da vida pública e a preservação da nacionalidade, ambas identificadas pela Igreja Católica e seus agentes, com os princípios, a doutrina e a moral católicos.

O grupo católico enxergava o laicismo como uma separação entre o Homem e o Profissional, como expressa Alceu: “Se o laicismo educativo dissocia a vida ativa, separando o homem do seu trabalho, é mister que uma educação superior, impregnada de sobrenaturalismo, venha fundir o que foi dissociado por uma educação insuficiente” [46]. E essa “humanização da vida profissional” era sinônimo de formar elites capazes de perceber e se voltar para “o bem comum” [47]. No discurso de Alceu, a educação pública nas universidades brasileiras é acusada de “insuficiente” por ser laica. Para ele, apenas o que denomina de “sobrenaturalismo” poderia conformar um verdadeiro humanismo. Atuante nos debates da época sobre a educação, Alceu não ignorava que seu discurso na inauguração da Universidade Católica o colocava frontalmente contra um dos princípios basilares do grupo liberal escolanovista reunido em torno ao Manifesto dos Pioneiros [48], que defendia uma escola pública, laica e universal. Franca faz coro a esta ideia quando declara

O homem não vale pelo que sabe, mas pelo que é [...] É sobretudo a consciência que faz o bom chefe de família, o bom cidadão, o bom operário, o bom profissional. E a consciência não se forma com lições de gramática ou de geografia [...] É a educação que plasma o homem; a instrução, quando muito, prepara técnicos. A instrução dirige-se exclusivamente para a inteligência; a educação abraça o homem na totalidade de sua natureza desenvolvendo-lhe harmoniosamente todas as faculdades. A instrução é apenas um meio; a educação o fim, a razão de ser da atividade pedagógica. [49]

O artigo de Tânia Salem intitulado “Do Centro Dom Vital à Pontifícia Universidade Católica” [50] relata o caminho percorrido pela intelectualidade católica desde a ação católica no início do século XX até a fundação da Universidade Católica no Rio de Janeiro, em 1940, futura Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Esse empreendimento começa com a reação católica à perda de espaço da religião junto ao Estado e é encabeçada por Dom

Sebastião Leme, que, nomeado bispo auxiliar do Rio de Janeiro em 1921, encontra em Jackson de Figueiredo, católico convertido, fundador do Centro Don Vital e da Revista A Ordem, seu principal colaborador “na reconquista da inteligência brasileira” [51].

O movimento da reação católica estava fortemente pautado no pensamento tradicionalista e reacionário francês, onde a Igreja é tida como “a cristalização da estabilidade e da ordem” e a laicização da sociedade e do Estado é “fator explicativo para todas as crises modernas” [52]. Para reprimir a onda revolucionária que se espalhava pelo Brasil e pelo mundo, a única saída, de acordo com os pressupostos da ação católica, seria espiritual. Para uma consolidação nacionalista era necessário um “substrato moral comum” que identificaria a nacionalidade brasileira com os “valores católicos” [53].

É no intuito desse projeto de “salvação nacional” que é criada a revista A Ordem, em 1921 e no ano seguinte é fundado o Centro Dom Vital. A revista “se converte no mais importante instrumento de difusão do ideário católico [e] pretendia combater as posições e ações indiferentes ou hostis à Igreja”. O Centro surge “com o objetivo de promover estudos, discussões da doutrina religiosa e de congregar intelectuais para uma ação apostólica”. [54]

Com respeito à formação de consciências, o movimento reitera “a urgência de socializar as elites dirigentes segundo os princípios cristãos”, insistindo na “perfeita compatibilidade entre ciência e fé”, no que tange a educação superior. Já nos outros níveis de ensino, os católicos combatem a educação leiga vigente nas escolas oficiais. [55] Padre Leonel Franca articula que “[existe] entre religião e pedagogia um nexu incindível [...] Se a educação não pode deixar de ser religiosa, a escola leiga que, por princípio, ignora a religião, é essencialmente incapaz de educar” [56].

Mas no início dos trabalhos do Centro, com uma orientação mais política do que cultural sob a liderança de Jackson de Figueiredo, os resultados atingidos são pouco significativos. “O grupo católico, na Primeira República, não se constituía ainda num ator suficientemente expressivo a ponto de conseguir impor seu programa na esfera de decisões políticas” [57].

Já com a morte de Jackson de Figueiredo em 1928, seu sucessor, Alceu Amoroso Lima, processa modificações no caráter do movimento, segundo Tânia Salem registra, assumindo uma postura autoritária, baseada no culto da disciplina e da ordem, e levando o Centro, e junto a Revista, a objetivarem “o desenvolvimento, através de meios intelectuais legítimos, de uma cultura católica superior em nosso meio.” [58]. A partir de então o movimento garante sua infiltração em setores da vida nacional através de organizações e associações leigas especializadas, desdobramentos do Centro Dom Vital. A Coligação Católica Brasileira surge para tentar unificar, coordenar e racionalizar o trabalho dessas associações. Em 1935 ela é substituída pela Ação Católica Brasileira “que se converte na mais importante organização laica da Igreja no Brasil”, com sete entidades sócias: Associação dos Universitários Católicos; Instituto Católico de Estudos Superiores; Confederação Nacional de Operários Católicos; Equipes Sociais; Confederação da Imprensa Católica; Associação de Livrarias Católicas; e o Centro D. Vital [59].

O que Tânia registra é que com a instauração do novo Estado, no período de 1930 a 1945, sustentado por “uma coligação heterogênea de interesses na qual nenhum grupo tinha força suficiente para impor-se aos demais”, entra-se na fase de maior prosperidade e prestígio nacional desta empreitada da Igreja. O equilíbrio instável descrito pela autora “converte a Igreja em uma força política relevante para o suporte e legitimidade do governo provisório.” [60]. Um maior poder de barganha com o Estado e a criação de organizações leigas especificamente voltadas para o setor de ensino “propiciam as vitórias alcançadas pelo grupo no campo educacional nos anos seguintes” [61]. Conforme registra Tânia,

[n]esse sentido, esses fatores evidenciam também o afunilamento da trajetória que os católicos percorrem até desembocar na criação de um centro próprio de ensino superior.[...]

Deve-se ter em mente que essa aliança foi viabilizada pelo fato de a Igreja estar pautada num ideário e num tipo de atuação que se encontravam em perfeita consonância com a ideologia autoritária e paternalista então implantada. [...] o trabalho da Igreja de prevenção à infiltração comunista em diferentes setores através da ação católica, o prestígio moral e o apoio das massas católicas convertiam a Igreja em uma aliada indispensável ao regime. Em troca ela obtém não apenas alguns ganhos específicos - como a reintrodução do ensino religioso nas escolas e a não legalização do divórcio - como também o seu reconhecimento quase oficial, consagrado na Constituição de 1934. [62]

Estudos analíticos como o de Tânia Salem e documentos de época, tais como os discursos fundacionais de Alceu Amoroso Lima e Padre Leonel Franca, nos permitem ver como “uma universidade católica para o Brasil” se mostrava essencial, já que para a intelectualidade católica da época apenas a doutrina, os princípios e a moral cristãos garantiriam o verdadeiro humanismo e defenderiam a nação brasileira do que consideravam ser os perigos do modernismo, o marxismo e o laicismo científico preconizado por escolas estadunidenses. Um centro próprio de ensino superior também era importante para complementar o trabalho desenvolvido nas escolas católicas e nas agências de formação do laicato católico. Ela seria a instância máxima de formação de cientistas, humanistas e profissionais católicos.

Com isso podemos perceber que na verdade o projeto educacional da Igreja era voltado para um grupo bem delimitado, aqueles que seriam educados para se tornarem dirigentes, recuperando a moral cristã da inteligência nacional e do Estado, formando uma cultura católica superior. O jovem que faria parte dessa camada abastada não bastava ser só um jovem cheio de informação, precisava ser educado, com consciência, tendo todas as suas faculdades devidamente desenvolvidas. Ele seria culturalmente superior aos outros, tendo passado por uma instituição que não só o instruiria, mas o educaria através da “síntese orgânica do saber” [63]. A massa não precisava ser instruída, como reflete este trecho escrito por Alceu, em 1932, no seu livro intitulado *Política*: “essa alma profunda da nacionalidade não precisa ler e escrever para ser humana e brasileira [...] essa massa de brasileiros analfabetos é que conserva as nossas mais puras virtudes de alma” [64]. Era o jovem formado segundo a moral cristã, com a harmonia da ciência, sabedoria e cultura, humanizando a vida profissional, que regeria a sociedade segundo tais princípios, ou seja, um homem integral para liderar.

II.3 – O Projeto Educacional do Escotismo Brasileiro

Também nesse período outra agência preocupada com a formação da infância e da juventude, o Movimento Escoteiro, que havia iniciado suas atividades no Brasil em 1910, consolidava sua presença no país.

O Movimento Escoteiro surgiu na Inglaterra, com data oficial em 1907, sob a liderança do lorde inglês Robert Stephenson Smyth Baden-Powell of Gilwell (conhecido como Baden Powell ou apenas “B.P.”), que através de sua função no exército viajou pela maior parte do Império Britânico da época, o que significava quase um quarto das terras do planeta. Nessas suas viagens, segundo o que relata o autor de “História do Escotismo Brasileiro”, Baden Powell se viu

preocupado com a juventude de sua pátria que se mostrava fraca, anêmica, reclamadora, displicente, pessimista e vítima de defeitos educacionais, se comparados com filhos de ingleses nascidos e criados nas colônias, que eram fortes, queimados pelo sol, praticantes de esportes, cheios de vida e saúde, amantes da vida ao ar livre, corajosos, empreendedores e, sobretudo, patriotas convictos. [65].

Desejou modificar esta mentalidade inglesa e seria através de práticas educativas não escolares que faria isso. Foi nesse intuito que nasceram as ações de Baden Powell que mais tarde resultaram na criação do Movimento hoje centenário, porém ainda não objeto de estudos e análises naquela época tão profundos ou disseminados como os anteriormente analisados aqui.

O Movimento Escoteiro no Brasil do período tratado neste trabalho ainda era muito próximo do original britânico, fazendo-se possível a sua análise aqui através de documentos escritos pelo seu fundador. Chegado ao Brasil em 1910, o Movimento só foi ganhar mais força por volta da década de 1920, quando, liderada pelo Almirante Benjamin de Almeida Sodré, houve a unificação das diversas associações escoteiras do Brasil. O Movimento continuava mantendo-se guiado pela Lei e Promessa Escoteiras, como criadas por Baden Powell. Nelas baseia-se o projeto educacional do Movimento Escoteiro que pretendemos analisar aqui.

O texto da Lei e da Promessa Escoteiras foi posteriormente alterado e hoje conta com apenas 10 artigos. Mas no “Guia do Escoteiro”, escrito pelo Almirante Sodré sob o pseudônimo de Velho Lobo e publicado no Brasil em 1925, está transcrito o seu texto original, que serve de objeto de estudo no que diz respeito a traçar o perfil do jovem esperado pelo projeto do Movimento Escoteiro de então. Esta versão diz que o escoteiro, ao fazer sua Promessa, afirmava: “Prometo, pela minha honra, proceder em todas as circunstâncias como homem consciente dos seus deveres, leal e generoso; amar a Deus e à minha Pátria, servindo-a fielmente na paz e na guerra; obedecer ao Código do Escoteiro”. [66]. O “Código Escoteiro”, hoje chamado de Lei Escoteira em texto também atualizado, na publicação da época possuía doze artigos e era escrito da seguinte maneira:

- 1º - A palavra de um escoteiro é sagrada. Elle colloca a honra acima de tudo, mesmo da própria vida.*
- 2º - O Escoteiro sabe obedecer. Comprehende que a disciplina é uma necessidade de interesse geral.*
- 3º - O escoteiro é um homem de iniciativa.*
- 4º - O escoteiro aceita, em todas as circunstancias, a responsabilidade dos seus actos.*
- 5º - O escoteiro é leal e cortez para com todos*
- 6º - O escoteiro considera todos os outros escoteiros como seus irmãos, sem distincção de classes sociaes.*
- 7º - O escoteiro é generoso e valente, sempre prompto a auxiliar os fracos, mesmo com perigo da própria vida.*
- 8º - O escoteiro pratica cada dia uma boa ação, por mais modesta que seja.*
- 9º - O escoteiro estima os animaes e se oppõe a toda crueldade contra elles.*
- 10º - O escoteiro é sempre jovial e entusiasta e procura o bom lado de todas as cousas.*
- 11º - O escoteiro é econômico e respeitador do bem alheio.*

12º - O escoteiro tem a constante preocupação de sua dignidade e o respeito de si mesmo. [sic] [67]

Em contraste com os projetos da Igreja Católica e do Estado Novo, que se encontram entremeados em diversos documentos e apresentando diversas faces, dependendo do momento e da fonte que o apresenta, no Movimento Escoteiro a pesquisa e delineamento deste projeto se mostra mais fácil e clara devido a unidade de uma fonte e talvez à diminuta abrangência em relação aos outros dois, que se fizeram nacionalmente conhecidos, reconhecidos, e portanto mais discutidos e debatidos.

O Escotismo surge como um sistema educacional “extracurricular” [68] e seu fundador, em uma publicação de 1913, afirma que “o fim último da educação é preparar homens que vençam na vida e que sejam livres cidadãos” [69]. Nesta afirmação conseguimos captar muito do projeto de B.P., de educar jovens independentes e de sucesso na vida. Entretanto, para isso é necessário que a interpretação leve em conta o contexto de sua formulação e as conotações da época. Assim é importante notar aqui a conotação deste sucesso, que no pensamento inglês do início do século XX tinha muito a ver com a procura dos meios para a felicidade. Isso fica claro no livro que Baden Powell escreveu em 1922 para jovens a partir dos 18 anos, intitulado “Caminho para o Sucesso”, onde explicita que “o único sucesso verdadeiro é a felicidade” [70]. Esta felicidade, segundo o Movimento ensina, está principalmente pautada no serviço ao próximo, como dito na célebre frase de B.P., muito difundida entre os membros do Movimento Escoteiro até hoje, escrita por ele em 1940 em uma carta aos escoteiros, que afirma: “o verdadeiro meio para alcançar a felicidade é proporcionando aos outros a felicidade”. [71].

Na sequência da análise, a compreensão do conceito de “cidadãos livres” implica na percepção da relevância que B.P. confere à autoconsciência, que leve a uma específica compreensão de independência, que significa autonomia e responsabilidade. Neste livro, B.P. assinala que da escola não se sai formado para ser um homem adulto. Nela, nos é ensinado a aprender. E que para ter sucesso devemos terminar nossa própria educação, aprendendo conosco mesmos [72]. Esta independência que a educação daria ao jovem, segundo B.P., está presente também no Movimento Escoteiro. Ter autoconsciência. Através desta autoconsciência o jovem poderá auxiliar o próximo e assim contribuir para um mundo melhor e para a sua própria felicidade, alcançando sua plenitude, seu sucesso na vida, como prega o escotismo.

Também é importante ressaltar a questão da cidadania, quando frisa o fim de preparar homens para que sejam “livres cidadãos”. Os atributos de um “bom cidadão” estavam relacionados com valores morais, que o Movimento buscava incorporar nos jovens, presentes na Lei e Promessa escoteira. Estas características que definiam um “bom cidadão” encontram-se presentes também em livros que Baden Powell escreveu para auxílio de seus homens no exército, entretanto que refletiam o pensamento de então quanto a um bom cidadão, como nos mostra o Almirante Blower em “História do Escotismo Brasileiro”:

Naqueles livros encontravam-se judiciosos comentários sobre as características que deve possuir um militar em missões de reconhecimento, tais como: confiança em si mesmo, perspicácia, astúcia, capacidade de adaptação, bravura, lealdade, senso de dever. [...] O elenco de características a serem desenvolvidas por militares, e preconizadas por Baden Powell, é apanágio de bom cidadão de qualquer nacionalidade. [73]

É importante frisar que o escotismo não tem caráter militar. Inclusive pregava o contrário: BP chegou a enviar ao idealizador do *Boys Brigade*, uma organização para jovens estruturada em bases militares e inspirada em livros publicados por BP para uso militar [74],

sugestões no sentido de “desmilitarizar os jovens e torná-los mais espontâneos, mais alegres, levando-os ao contato com a natureza e ao ar livre” [75]. Suas ideias foram publicadas no jornal da própria *Boys Brigade* em um artigo considerado revolucionário para a época, por defender a tese do “autodesenvolvimento, trabalho em pequenos grupos de seis jovens, liderado[sic] por um, escolhido entre eles e que iriam assumir a responsabilidade de sua própria educação, sob a supervisão de adultos voluntários.” [76]. O que BP escreveu para os militares define o bom cidadão de qualquer nacionalidade, independente do militarismo. E este senso de dever citado está muito relacionado com o dever para com o próximo, como prega o Movimento.

Neste artigo publicado, também fica clara a importância dada por BP à autoconsciência, incentivando o jovem à sua própria educação, apenas sob a supervisão de adultos, permitindo a sua independência e consciência do dever.

Mas, nos dizeres da promessa escoteira, antes mesmo de prometer “ajudar o próximo em toda e qualquer ocasião”, o escoteiro promete cumprir os seus “deveres para com Deus e para com a Pátria”, exprimindo em palavras o lado religioso e também o patriótico do projeto educacional do Movimento Escoteiro.

Em seus livros de instrução, Baden Powell sempre deixava claro que para ser escoteiro não importava a religião do jovem. Mas que não seria possível ser escoteiro sem acreditar na existência de um Deus. Ou seja, era necessário ter uma religião, mas não importava qual. Pois, segundo ele,

se você está realmente desejoso de fazer seu caminho até o sucesso, isto é, a felicidade, deve não só evitar ser iludido pelos embusteiros religiosos, como possuir uma base religiosa para a sua vida.

Não é apenas uma questão de ir à igreja, saber a história da Bíblia ou compreender teologia. Muitos homens são sinceramente religiosos quase sem conhecerem e estudarem estes assuntos.

A religião, resumidamente formulada, significa:

Primeiramente – reconhecer quem é e o que é Deus.

Secundariamente – tirar o melhor proveito da vida que Ele nos deu e fazer o que Ele quer que nós façamos, isto é, fazer, principalmente, algo pelas outras pessoas. [77]

Dessa forma vemos mais uma vez a importância dada à independência e à base sólida de valores no projeto do Movimento. Essa importância de valores é refletida também no trecho final da Promessa no qual o Escoteiro se compromete a obedecer a Lei Escoteira, que está permeada por estes valores morais. A escoteira Maria Pérola Sodré, no mês de maio de 2014, aos seus 91 anos, ao ser entrevistada a este respeito, respondeu que o projeto do Movimento Escoteiro para aquela época era criar uma juventude *sadia e ativa*, segundo a Lei e a Promessa Escoteira [78]. Esta mulher, participante do Movimento há 86 anos, viveu nele em diferentes momentos, além de ser considerada por muitos um exemplo de dedica o ao Movimento, e pode nos falar dos valores presentes no projeto educacional de então. Ela conta que a Lei Escoteira, em seus artigos, fundamenta este projeto desde o momento fundacional do Movimento.

Segundo os Escoteiros do Brasil, são “conceitos inerentes   Lei Escoteira: honra, integridade, lealdade, presteza, amizade, cortesia, respeito e prote o da natureza, responsabilidade, disciplina, coragem, ânimo, bom-senso, respeito pela propriedade e autoconfiança” [79]. Isto reflete bem o perfil que se projetava para a juventude de então, o que

também fica claro no trecho de “História do Escotismo Brasileiro”, que afirma que Baden Powell imaginou

criar uma juventude sã, com otimismo de viver, uma mística da Pátria, fortalecer o moral, o físico e o intelectual, estimular a fraternidade nacional e internacional e incentivar uma robusta varonilidade para “desenvolver a boa cidadania nos rapazes para formação do caráter”.

Na questão do patriotismo dentro do Movimento Escoteiro, no período tratado neste trabalho, o movimento sofria acusações de internacionalismo, dizendo que incentivava o jovem a não valorizar sua própria pátria. Isso se dava num contexto de medo do comunismo que permeava o cenário internacional, no qual um internacionalismo poderia ser sinônimo de ideias comunistas, homogeneizantes. Esse medo presente também na cena brasileira leva a acusações e perseguições de pessoas e instituições da época e, como uma entidade voltada para a educação, o movimento escoteiro também recebeu efeitos desse temor. As acusações sofridas pelo movimento escoteiro resultaram inclusive em uma ameaça de intervenção do Estado Novo, que queria criar uma instituição de âmbito nacional, que mais uma vez sublinha o caráter de privatização do Estado nesse período.

[A] Organização Nacional da Juventude [projeto apresentado em 1938] seria uma instituição de âmbito nacional e caráter paramilitar, nos moldes das organizações similares então existentes nos países fascistas. O projeto de Francisco Campos [ministro da Justiça] determinava ainda que todas as instituições de educação cívica, moral e física existentes no país deveriam se incorporar e subordinar à organização, que dessa forma já nasceria com grande potencial mobilizador. [80].

Este projeto do Estado Novo foi combatido no interior do próprio governo, devido à “inspiração externa do projeto, estranha às tradições do Brasil”, levando a uma reformulação do mesmo em “um movimento de caráter cívico, voltado para o culto dos símbolos nacionais”, chamado de Juventude Brasileira, criada em 1940 [81]. O escotismo, por determinação do Estado, seria incorporado à Juventude Brasileira e deixaria de existir. Esta ameaça ao Movimento Escoteiro foi resolvida de uma maneira pessoalizada, com representantes do Movimento, como o chefe participante da fundação da Federação Brasileira de Escoteiros do Mar e da União dos Escoteiros do Brasil, Gelmirez de Mello, indo conversar e negociar diretamente com o Ministro Capanema, resultando na não-extinção do Movimento Escoteiro no Brasil.

Mas ainda para esclarecer a respeito de tais acusações de internacionalismo, mostrando como eram infundadas, uma vez que o Escotismo possui caráter patriótico, o então Comissário Internacional da União dos Escoteiros do Brasil, doutor Bonifácio A. Borba, escreveu em 1937 uma publicação para esclarecimento, mostrando a constante valorização do patriotismo que o projeto do Movimento Escoteiro buscava estimular no jovem. Nesta publicação ele escreve:

É um grave defeito discorrermos sobre assunto que desconhecemos. [...] porque se prejudica seriamente o assunto, por serem as críticas im procedentes tomadas a sério por quem desconhece a matéria, porquanto é muito nosso não tomarmos na devida consideração a defesa. [...] No Brasil, desde 1935 para cá, o nosso Movimento tem começado a sofrer acusações de internacionalista e até, o que é mais grave, de – comunista – ! [...] Em quatro anos de estudos escoteiros e

efetivo exercício de Comissário Internacional da União dos Escoteiros do Brasil, tenho justamente notado o contrário. [...] [82]

Ele continua seu texto mostrando a constante valorização do patriotismo no Movimento. Deixa isso claro quando afirma, por exemplo, que “o escotismo quer entre muitas cousas, conseguir a melhoria do homem, tornando-o moral, intelectual e fisicamente capaz, para o bem da pátria. O escotismo prepara o homem integral, dentro da trilogia Deus, Pátria e Família.” [83]. O próprio texto da Promessa já demonstra como o escoteiro compromete-se com sua pátria.

Com isso, podemos ver que a análise do enraizamento do Movimento Escoteiro na década de 1930 no Brasil, juntamente com aquela das propostas do Estado Novo e da Fundação da então Universidade Católica, evidenciam a preocupação com a questão da juventude e sua formação tanto da parte do Estado brasileiro e seus agentes, quanto da parte de uma instituição do porte da Igreja Católica, quanto ainda por parte de um movimento recém fundado e ainda nascente em muitos países. Fazer memória desse denominador comum postula numa perspectiva comparativa para aprofundar também em suas diferenças.

III – Os três projetos de educação para a juventude brasileira nas décadas de 1930 a 1940

A historiografia permite essa análise comparativa entre os três projetos apresentados e possibilita encontrar semelhanças entre eles e também diferenças. Às vezes há um denominador comum aos três, um elemento presente nos três projetos, mas que pode ter diferentes concepções em cada um. Às vezes este elemento pode se apresentar entre apenas dois e com concepções próximas. Há também elementos que podem ser contrastantes entre dois projetos, revelando posturas de declarado enfrentamento, ou apenas apresentando diferenças no modo de encará-los. Tentaremos indicar a seguir os denominadores comuns e as dissonâncias entre os projetos educacionais das três instituições trabalhadas no tempo abordado.

III.1 – Denominadores comuns

O mais claro e aqui abordado denominador comum entre os projetos das três instituições é o pensamento da juventude como futuro da nação e a importância dada à sua formação para alcançar tal objetivo. Tanto o Estado, quanto a Igreja Católica e o Movimento Escoteiro mostraram, como tratado ao longo de toda a sessão anterior, esta perspectiva assumida para com a educação.

Dentro dos projetos para esta educação, encontram-se outras congruências, como o destaque dado à moral. Com os documentos analisados pudemos perceber como a moral encontrava-se constantemente ressaltada nos ideais da Ação Católica, nas publicações do Estado Novo e no projeto do Movimento Escoteiro. Nas concepções da primeira, essa moral referia-se ao homem superior, instruído e educado segundo a espiritualidade cristã, tendo a Idade Média como símbolo de ideal a ser restaurado, como vemos no seguinte trecho:

A harmonia então vigente havia sido sucessivamente perturbada, a partir do século XVI, com a reforma luterana, promotora do cisma espiritual no Ocidente, com Descartes que, ao conceder supremacia a dúvida e à razão, minara o saber único e cristalizado e com a Revolução Francesa que, com seus ideais de liberdade e igualdade, acabara por estimular a licenciosidade e a desordem. [84]

O Estado Novo aborda esta moral como uma concepção de nacionalismo, de cidadãos de caráter, que sempre valorizariam a pátria, como expressa o seguinte trecho a respeito da Reforma Capanema:

É com a educação moral e cívica que se cerra e se completa o ciclo da educação individual e coletiva e é por ela que se forma o caráter dos cidadãos, infundindo-lhes não apenas as preciosas virtudes pessoais senão também as grandes virtudes coletivas que formam a têmpera das nacionalidades - a disciplina, o sentimento do dever, a resignação nas adversidades nacionais, a clareza nos propósitos, a presteza na ação, a exaltação patriótica. [85]

No Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova a moral também recebe grande ênfase, como vemos no trecho do manifesto que menciona que se todas as verdades matemáticas se perdessem, o mundo indústria e material sofreria sem dúvida “um detrimento imenso e um dano irreparável”, mas se o homem perdesse se quer uma de “suas verdades morais, seria o próprio homem, seria a humanidade inteira que pereceria”. Mas para este grupo de intelectuais, moral era sinônimo de trabalho, de ser útil profissionalmente para o seu meio social, como podemos ver no trecho do Manifesto:

O trabalho que foi sempre a maior escola de formação da personalidade moral [...] é o único método susceptível de fazer homens cultivados e úteis sob todos os aspectos. O trabalho, a solidariedade social e a cooperação, em que repousa a ampla utilidade das experiências; a consciência social que nos leva a compreender as necessidades do indivíduo através das da comunidade, e o espírito de justiça, de renúncia e de disciplina, não são, aliás, grandes ‘valores permanentes’ que elevam a alma, enobrecem o coração e fortificam a vontade, dando expressão e valor à vida humana? [86].

No projeto do Movimento Escoteiro para a juventude, a moral se mostra presente em cada artigo da Lei Escoteira e no próprio fato da existência desta, bem como em seu objetivo de permitir ao jovem a construção de seu caráter. Nele, a moral está muito associada ao caráter, de jovens corretos segundo as regras, obedientes. Podemos ver isto na escrita de Baden Powell já mostrada neste trabalho, bem, como por exemplo, no 11º e no 12º artigo do “Código do Escoteiro” que dizem, respectivamente, que “o escoteiro é econômico e respeitador do bem alheio” e que ele “tem a constante preocupação de sua dignidade e o respeito a si mesmo” [87].

Um terceiro denominador comum que podemos reconhecer entre os três projetos educacionais, mas que destaca-se mais nas instituições do Estado e da Igreja, é a valorização da cultura, nas quais esta é vista como indispensável para a formação do ser. Isso se mostra de forma mais acentuada no projeto da Universidade Católica, que tem a cultura como um de seus pilares como fica explicitado no discurso de Leonel Franca já mencionado aqui quando registra que “a Universidade é essencialmente transmissora de cultura [...] A missão universitária é formar o homem superiormente culto”. E a cultura era vista como a “realização integral da verdade na vida”, como proferiu Franca neste discurso [88]. A presença desta valorização por parte do Estado é mostrada também no discurso de Franca, no qual se refere à valorização da iniciativa da Universidade Católica, como registrou em seu discurso fundacional da Universidade Católica:

Com a sua visão clara de estadista e a sua dedicação infatigável aos interesses da cultura nacional, o Dr. Gustavo Capanema viu nesta livre iniciativa todas as garantias de solidez e eficiência e saudou-a como uma esperança e aplaudiu-a como um progresso. Com letras de

ouro ficará o seu nome gravado na primeira página de nossos Anais.
[grifo nosso] [89].

A preocupação com o bem comum constitui outra consonância entre os três projetos educacionais, entretanto com diferentes entendimentos. No projeto do Escotismo o bem comum claramente pode ser associado ao “bem do próximo”, isto é, sempre ajudar quem está ao seu redor. Fazer o bem para o outro. E o intuito da formação do caráter é a formação de bons cidadãos para o mundo, ou seja, aqueles que serão úteis para a sua nação, segundo pregava o Movimento. Com isso podemos ver o bem comum como uma das finalidades do projeto educacional. A tradição cristã na base do escotismo e a raiz cristã da Igreja fazem da valorização do próximo e do bem do próximo uma nota comum. Ainda que por vezes o escotismo pareça descer a uma realidade mais próxima enquanto a Igreja assume uma postura, no que diz respeito à Universidade, mais elitista.

Já no projeto do Estado Novo, as propagandas elaboradas pelo D.I.P. mostram preocupação com o bem da nação, que seria alcançado e mantido com a perpetuação do governante no poder. E a nação estando bem, com o regime vigente continuando no poder, o bem comum era iminente. A população toda se beneficiaria, segundo propagandeava o D.I.P.. Assim, este bem comum assume diferentes significados.

No projeto da Ação Católica o bem comum era interpretado, como pudemos perceber até aqui, como uma sociedade funcionando com cada indivíduo exercendo uma função determinada. E a elite católica constituiria a classe dirigente. A formação profissional permitiria que os indivíduos servissem sua nação da maneira adequada, suprimindo as demandas do dia-a-dia e isso faria a sociedade funcionar de maneira adequada, ou seja, segundo os princípios cristãos. No projeto deste grupo, entretanto, não é visada uma independência do indivíduo, como vemos presente no Movimento Escoteiro e propagandeado no Estado Novo.

Essa é outra congruência encontrada. Tanto no Movimento Escoteiro quanto no Estado Novo, a independência era muito mencionada, mas, novamente, com diferentes percepções. No primeiro, a autonomia era muito importante para que o jovem tivesse consciência de seu corpo, podendo manter sua saúde física e mental. Ela era vista como parte fundamental da formação do caráter, uma vez que o sistema de patrulhas sugerido por B.P., mencionado no artigo publicado na *Boys Brigade* já citado, fica explicitado que o adulto apenas supervisionaria o processo, pois seria o jovem que assumiria a responsabilidade sobre a sua própria educação. Ter consciência do que é melhor para si, possibilitando agir com autonomia.

No segundo, a independência era apontada frequentemente, mas como maneira de entender a importância da perpetuação do regime e seu governante, isto é: o jovem deveria ser independente o suficiente para entender essa relevância – o que não é exatamente uma independência, no sentido que costumamos entender. Ligada a esta autonomia, que possibilitaria a percepção do bem comum no sentido que lhe é dado, estava imbricado um pensamento que conseguimos identificar em uma linha protestante de dignificação do trabalho, no qual entendia-se o profissional competente como aquele que é útil à sua pátria, como pregava o regime do Estado Novo.

Aí encontra-se mais um ponto de conformidade entre os projetos: a visão da importância de se formar bons profissionais, entendidos estes como aqueles que são úteis à sua sociedade. Os três projetos mencionam sobre a profissão do jovem. Entretanto, no projeto da Igreja Católica cada um tem seu lugar bem definido para exercer sua profissão, ocorrendo diferenciação segundo classe e posição social. No projeto do Movimento Escoteiro a profissão é abordada como um assunto ao qual o jovem deve se ater em seu projeto de vida, mas o bom profissional é apresentado como um corolário da formação do caráter do jovem, como um bom cidadão: a educação visa “estimular os rapazes e desenvolverem em si próprios a capacidade de serem cidadãos felizes e eficientes, *orientando-os nas profissões*” [grifo nosso]

[90]. Já no projeto dos Pioneiros da Educação Nova era defendida a continuidade entre o ensino básico e o profissional, para permitir uma formação superior de maior qualidade, sem pecar pelo excesso de informação, como mostrado anteriormente.

Isso se apresentava de forma diferente no projeto do Estado Novo, muito refletido na Reforma Capanema, no qual a formação profissional fazia parte da construção da imagem do Estado como promotor do bem-estar social, mas sem eliminar a semelhança com o projeto católico de verticalidade estabelecida, como podemos ver no seguinte trecho da análise de Heloísa de Jesus Paulo:

Os ‘filhos dos operários’, aos quais se destinou a implementação de uma escola de ensino profissionalizante no Rio de Janeiro,[...] transfigurou o sentido corporativo de organização da sociedade. São ‘empregados e empregadores’ que numa ‘exemplar união’, combinam seus esforços, graças à iniciativa do Estado Novo, para atender à ‘identidade de seus interesses e aspirações’.

[...] A introdução do ensino técnico não visaria a alteração das formas de mobilização social vertical impostas pela concepção corporativista. [...] Em nível discursivo, no entanto, o fato se apresentava como uma premissa significativa para argumentação, que ilustra o papel do Estado Novo como promotor do bem-estar social. [91]

Outro denominador comum entre dois projetos era a questão da disciplina, mas ainda assim com diferentes óticas. No Estado Novo a obediência às regras e ao regime era muito importante para a perpetuação do governante. Quando no âmbito adulto, aqueles que se opunham eram perseguidos, na fase da infância e juventude havia fortes repreensões quando regras eram transgredidas ou questionadas. Já no movimento escoteiro a disciplina era um fator de suma importância, como registra o texto do segundo artigo do Código Escoteiro de então, mas estava ligada à moral: as regras existiam na forma de código de honra. O escoteiro deveria, com a autonomia e a consciência que tinha, perceber que seguir tais regras era bom para o bem comum, beneficiaria o próximo, mas não havia punições por sua desobediência, apenas a desonra de si. Visava-se a formação de bons-cidadãos, que seriam úteis ao outro, realizando sua felicidade.

A importância dada à disciplina no projeto do Estado Novo pode ser vista como um reflexo do meio e do tempo, no qual o clima belicoso vivido internacionalmente, encontrando seu momento mais trágico na segunda Guerra mundial, apresenta mais uma semelhança entre os projetos: a presença de um caráter de combatividade no Estado Novo e na Ação Católica. O comunismo representava uma ameaça naquele tempo, como é possível ver neste trecho do trabalho de Tânia Salem: “A Confederação Nacional de Operários Católicos e as Equipes Sociais - também geradas nesses anos - tinham por tarefa exercer o apostolado junto aos trabalhadores urbanos, prevenindo a infiltração comunista em suas fileiras.” [92]. Assim havia um desejo comum de evitar qualquer influência comunista e medidas combativas eram tomadas para tal em ambos os projetos.

No que diz respeito à religião, fica clara a sua presença no projeto educacional da Igreja e do Movimento Escoteiro. Mas é interessante uma análise do seu papel nos projetos do Estado: o grande debate educacional da época era aquele entre a defesa de uma escola laica, num Estado laico, *versus* uma escola religiosa e ensino religioso em escolas públicas. Enquanto o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova declara-se claramente contra o ensino religioso nas escolas da esfera pública e defende a laicidade veementemente, o que ocorre na prática é que o Estado Novo de Getúlio Vargas, não atendendo por completo nem as reivindicações da Ação Católica, nem as dos Pioneiros, registra uma reaproximação com a

religião e até mesmo com a Igreja. É o que ilustra o seguinte trecho da introdução do trabalho de Tania Salem:

A derrocada da Primeira República forneceu à Igreja uma situação propícia para suplantar o ostracismo a que tinha sido relegada pela Constituição de 1891, de inspiração positivista. A debilidade endêmica da ordem política instaurada no país com a Revolução de 30 converteu-a em uma força social de peso para a legitimação do novo arranjo de poder. Como ficará evidenciado, a questão educacional se configurou, no período, em um importante elemento de barganha que viabilizou a reaproximação entre a Igreja e o Estado. Assim, foi nesse segundo momento que as lideranças leigas e eclesiais, em troca do suporte ao regime, conseguem ver realizadas algumas de suas demandas centrais no setor de ensino. Além disso, a crescente estruturação e afirmação alcançadas pelo movimento católico nessa etapa permitiram também que o grupo empreendesse, em caráter particular, iniciativas relevantes no campo da educação superior. [93]

Há uma clara aproximação da Igreja Católica também com o Escotismo brasileiro. Nesse momento, a Igreja buscava a formação das elites e seu projeto refletia-se muito na criação de instituições paralelas segundo a doutrina Cristã: uma instauração de poder em instituições já consolidadas. Havia escolas, hospitais, imprensa, publicações, mas a Igreja estabelecia escolas católicas, hospitais católicos, revistas (como A Ordem) e, como se consolidou em 1941, também uma universidade católica. Dessa mesma maneira, em 1917 “foi criada a primeira tropa de Escoteiros Católicos do Brasil na grande e próspera paróquia que abrange o bairro de Botafogo”, como registrou o Almirante Blower em História do Escotismo Brasileiro [94]. No mesmo capítulo onde registra este momento, Blower escreve um trecho que também transparece esta característica do projeto católico:

A Igreja Católica, sempre dedicada às questões de educação, não podia desprezar o empreendimento audacioso e tão rapidamente vencedor de Lord Baden-Powell. Surgiram no mundo, desde 1910, tropas escoteiras que uniam os princípios da nova pedagogia às regras, leis e dogmas da religião. [...] No Brasil os escoteiros, a partir de 1914, unidos sob a bandeira da Associação Brasileira de Escoteiros, adotavam o sistema leigo como regime para suas tropas. Quiseram, então, os católicos organizar, também, suas tropas, e, seguindo o exemplo dos países neolatinos, resolveram fazê-lo sob uma forma independente do movimento leigo. [95].

No “Guia do Escoteiro”, escrito pelo Almirante Benjamin Sodré, vê-se registrado também o texto da Lei Escoteira na versão do escotismo católico [96], que enfatiza a pureza dos pensamentos, palavras e ações que o Escoteiro deveria ter. É importante constatar, no entanto, uma nota de pé de página, a respeito do texto da Promessa, na qual o Velho Lobo registra que “o compromisso com Deus não é obrigatório, mas é recomendável” [97]. Isto ilustra que mesmo no escotismo leigo a religião mostrava-se presente, como BP o constituiu.

Mas mesmo sendo a religião um fator comum entre as três instituições, ela também constitui a primeira dissonância que apresentaremos aqui, vistas as diferentes maneiras de cada projeto encará-la.

III.2 – Dissonâncias

No projeto educacional da Igreja Católica, a religião é a base, constituinte de toda a moral, princípios e valores pregados. Não há dúvida da presença da religião e de qual religião deveria ser seguida. Só através dessas crenças específicas, devidamente consolidadas, é que as rupturas políticas que afligiam a nação seriam superadas.

Pode-se afirmar que, em termos ideais, o projeto último da Igreja era o de recuperar a posição privilegiada e quase monopólica por ela desfrutada no universo cultural e educacional da Colônia. Segundo sua ótica, este era o papel que lhe cabia, por direito sobrenatural, mas que lhe fora usurpado no século XVIII quando Pombal expulsou os jesuítas do país. Na perspectiva da liderança católica, reconquistar essa influência significaria, a um só tempo, disseminar seu poder de influência na nova conjuntura e solucionar os impasses que afligiam a Nação. Pautada nessas premissas, a Igreja formulou, no período, um programa deliberado para recristianizar a sociedade e a própria instituição do Estado - tarefa que se viabilizaria, basicamente, através da ressocialização das elites dirigentes segundo os princípios cristãos. [98]

Já no Movimento Escoteiro, o que podemos ver é que a religião era encarada como essencial à formação do caráter do homem, mas ela não precisaria ser determinada. Os elementos religiosos encontram-se presentes nos valores pregados, mas desde fundação do movimento ele era adotado em diversas religiões diferentes, com a aprovação e incentivo de seu fundador. Este pensamento, de como a religião é fundamental para a formação do caráter, é bem registrado no livro “Caminho para o Sucesso” de Baden-Powell, no qual o autor escreve um capítulo para cada pedra que ele identifica que o jovem pode encontrar em seu caminho, a qual ele chama de “escolhos”. O que B.P. escreve a esse respeito na introdução do capítulo do escolho “Irreligião” é uma boa ilustração de tal:

O lado negro desta rocha é o perigo do ateísmo e da irreligião. O lado iluminado é a compreensão e o conhecimento de Deus e a prática do Serviço aos Irmãos-homens. Para isso o estudo da Natureza dá auxílio direto.

Durante este capítulo B.P. tenta mostrar como é difícil, ao conhecer as maravilhas da Natureza espalhadas pelos cantos do mundo ou concentradas dentro do próprio corpo humano, não acreditar que há uma força que rege isto. Ele dá uma importância muito grande para ter “algo palpável na direção espiritual” [99], não há exigência ou determinação do quê. Neste mesmo capítulo ele escreve:

É engraçado saber que tem havido mais lutas e brigas no mundo devido a religião do que por qualquer outro motivo. [...] Esquecemos que somos todos filhos do mesmo Pai e que todos estão se esforçando por fazer Sua vontade, ainda que por modos inteiramente diversos.

Há uma coisa, entretanto, de que tenho certeza: Deus não tem mentalidade estreita, como algumas pessoas parecem imaginar. É um infinito Espírito de Amor que despreza as pequenas diferenças de forma, credo e denominação, e que abençoa todos os homens que realmente procuram fazer o melhor possível, de acordo com suas luzes e possibilidades, no serviço de Deus. [100].

Nesta linha de harmonia com diferentes crenças e orientações religiosas, o escotismo também caminha no que diz respeito à inclusão de todos os indivíduos em seu meio e nas suas ações para com o próximo, “sem distinção de suas classes sociais”, como registra o 6º artigo do Código Escoteiro da época. Esse é um segundo ponto de divergência entre o projeto educacional escoteiro e o da Ação Católica. Enquanto o escotismo reforça que o sucesso não está associado à riqueza, posição e nem mesmo poder, frisando sempre que ser feliz não é ser superior a outro homem ou vencê-lo, mas sim ajudá-lo, o projeto da Igreja Católica é claramente voltado para a formação de elites. Na própria proposta do Centro Don Vital, que, nas palavras de Tânia Salem, era “de arregimentação e conversão das elites ao catolicismo”, fica clara esta distinção feita quanto às posições sociais. Isto é visto também na crença de solucionar os impasses nacionais a partir da regeneração das elites, como Tânia Salem registra repetidamente [101].

Enquanto isto, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova registra que seu projeto para a nova educação “repele as elites formadas artificialmente ‘por diferenciação econômica’”, dando constantemente ênfase à ideia de um ensino universal, a qual todos podem ter acesso, independente da posição social. Já o Estado Novo em seu projeto acaba por ficar num meio termo: não dá exclusividade e preferência às elites, mas não atinge a ideia de um ensino universal. Cada um exerceria o seu papel na sociedade. O verbete sobre a Reforma Capanema no Dicionário Interativo da Educação Brasileira traz o seguinte trecho que ilustra essa realidade:

A educação deveria servir ao desenvolvimento de habilidades e mentalidades de acordo com os diversos papéis atribuídos às diversas classes ou categorias sociais. Teríamos a educação superior, a educação secundária, a educação primária, a educação profissional e a educação feminina; uma educação destinada à elite da elite, outra educação para a elite urbana, uma outra para os jovens que comporiam o grande "exército de trabalhadores necessários à utilização da riqueza potencial da nação" e outra ainda para as mulheres. [102].

O que podemos ver até aqui é que as dissonâncias entre os três projetos parecem ser menos temáticas e mais de esfera de abrangência. Que concepção cada projeto assume sobre um tema. Esta questão das elites nos chama a atenção para outra questão que é diferente entre os três projetos: o público alvo. O Estado Novo construía suas aspirações que englobava a juventude de toda a nação brasileira. Já a igreja voltava seus olhos para os católicos e as elites. Enquanto isso o movimento escoteiro em si visava atingir toda a juventude num geral, mas restringia sua atuação sobre os membros associados à organização. Há dissonâncias também no protagonismo assumido na arena pública. O projeto getulista deseja que o Estado seja a arena, enquanto isso a Igreja quer garantir o seu espaço nessa arena existente. Já o Movimento Escoteiro atua numa escala micro desta arena, uma vez que ela não é a sua finalidade.

Outra diferença percebida entre os três projetos também é quanto aos métodos e meios de atuação. Como mencionado aqui, a Igreja buscava instaurar seu poder em instituições já consolidadas, e fazia isso através, entre outras coisas, da criação paralela de verões católicas das mesmas. Enquanto isso, o Estado Novo para realizar seus objetivos apoiava-se em seu poder de coerção, que neste período é usado de forma autoritária e mesmo ditatorial. Já o Movimento escoteiro acredita na força do indivíduo bem formado para a mudança da sociedade e tem como método o “aprender fazendo”, visto como vital para o processo de mudanças, como registrado a seguir:

O Escotismo prega o aprendizado pela prática, pela ação, valorizando o treinamento para a autonomia baseado na

autoconfiança e iniciativa, desenvolvendo os hábitos da observação e dedução. [...]

[É preferível] fazer com que todos aprendam com a prática e que o erro seja visto como um passo em busca do acerto. Os jovens devem ser incentivados a desenvolverem suas habilidades e gostos pessoais, cabendo ao Escotista criar oportunidade para tal. [103]

Enfim, o que pudemos perceber é que nas tensões, complementariedades, coincidências e dissonâncias desses três projetos é possível entrever as contradições que conformam a história da sociedade da época. Neste tempo de tensões acentuadas, que resultaram no evento que chamamos de Segunda Guerra Mundial e no qual a educação ganhou atenção devido à interpretação de seu papel na construção do futuro.

Conclusão

Na celebração do Dia Mundial da População, no dia 11 de julho do ano de 2014, acompanhado do atual Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, o diretor executivo do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), Babatunde Osotimehin disse que

Um futuro sustentável depende da existência de populações resilientes, e não pode ser alcançado sem o investimento em jovens. Eles não só formam uma grande parte da população do mundo e merecem sua parcela justa por uma questão de equidade, mas também estão em uma fase crítica de seu ciclo de vida que irá determinar o seu futuro – e, portanto, o futuro de suas famílias, comunidades e sociedades. [104]

Esta fala, recentemente proferida, não destoava da crença a respeito da educação apresentada no período analisado neste trabalho. E, ao tentar traçar os perfis de jovens visados em cada projeto educacional das três instituições abordadas foi possível encontrar contrastes e afinidades entre eles. Para a Igreja Católica o foco estava no objetivo da reunificação moral da política brasileira, que naquele entendimento seria conduzida pelas elites intelectuais, formadas segundo os valores e a moral cristãos tal como estavam compreendidos. Dessa forma, visava-se a formação de um jovem orientado por estas doutrinas que ocuparia posições de liderança na sociedade.

Para o Estado Novo, em contraste com a proposta do Manifesto dos Pioneiros, o projeto era formar cidadãos semelhantes à imagem construída de Getúlio Vargas, que perpetuariam o regime, não duvidando jamais das intenções deste de promover o bem estar social, e cumpririam suas funções profissionais, sendo patriotas ao introjetar o modelo preconizado pelo regime autoritário de então e consolidado pela Reforma Capanema.

No Movimento Escoteiro, afirmando sua origem inglesa do início do século, o projeto educacional ainda pautava-se pelas ideias desenvolvidas pelo fundador em suas publicações. Dentre os principais objetivos estava o desenvolvimento do jovem ativo na sociedade, fisicamente sadio, com consciência de serviço ao próximo, de si mesmo e de dever, ainda que os métodos de aplicação deste projeto estivessem em fase de consolidação.

Referências Bibliográficas

- [1] – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **A UNESCO no mundo e no Brasil**. Disponível em <www.onu.org.br/onu-no-brasil/unesco>. Acesso em 15 abr 2014.
- [2] – NEVES, Margarida de Souza; BYINGTON, Silvia Ilg. (Orgs.). **PUC-Rio 70 anos**. 1a. ed. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010. v. 01. 236 p. p. 16.

- [3] – PAULO, Heloísa Helena de Jesus. **O DIP e a juventude no Estado Novo (1939-1945):** Análise de uma ideologia através do discurso de um órgão de propaganda estatal. Dissertação de Mestrado. PPPGH – UFF, 1987.
- [4] – AZEVEDO, Fernando. et al. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, 1932. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 188–204, ago. 2006. Disponível em <www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf>. Acesso em 08 nov. 2013.
- [5] – SALEM, Tânia. Do Centro D. Vital à Universidade Católica. In: SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1982. p. 97-134.
- [6] – FACULDADES CATÓLICAS. **Anuário das Faculdades Católicas, 1941**. Rio de Janeiro, 1942. p. 65-69.
- [7] – *Idem. Ibidem.* p. 73-77.
- [8] – GILWELL, Lord Baden-Powel of. **Caminho para o Sucesso: um livro para rapazes sobre o esporte da vida**. São Paulo: Editora Escoteira, 1965. [1ª edição 1922].
- [9] – BLOWER, Almirante Bernard David. **História do Escotismo Brasileiro: Volume I - Tomo I – 1910-1924. Os Primórdios do Escotismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Cultural do Movimento Escoteiro, 1994. p. 13.
- [10] – SALEM, Tânia. *Op. cit.* p. 97-134.
- [11] – BORBA, Bonifácio A. **Escotismo e Internacionalismo: Explicação Necessária**. Rio de Janeiro: União dos Escoteiros do Brasil, 1937. 43 p.
- [12] – LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia Geral**. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.
- [13] – CAPELATO, Maria Helena Rolim. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano – o tempo do nacional-estadismo**. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 110.
- [14] - AZEVEDO, Fernando. *Op. cit.* p. 188–204.
- [15] – *Idem. Ibidem.*
- [16] – *Idem. Ibidem.*
- [17] – *Idem. Ibidem.*
- [18] – *Idem. Ibidem.*
- [19] – UNESCO. **Educação para todos no Brasil**. Disponível em <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/education-for-all/>>. Acesso em 05 jun. 2014.
- [20] – IBGE. **Censo 2010: Tabela 1.9 - Distribuição percentual da população nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a situação do**

domicílio - 1960/2010. Disponível em:
<<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=9&uf=00>>. Acesso em 05 jun. 2014.

- [21] – FERRARO, Alceu Ravello; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais, 2004. **Revista Educação e Realidade**, 29(2). Rio Grande do Sul, UFRGS, jul/dez, 2004. p. 179-200. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/25401/14733>>. Acesso em 05 jun. 2014.
- [22] – AZEVEDO, Fernando. *Op. cit.* p. 188–204.
- [23] – *Idem. Ibidem.*
- [24] – *Idem. Ibidem.*
- [25] – PAULO, Heloísa Helena de Jesus. *Op. cit.*
- [26] – *Idem. Ibidem.*
- [27] – CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em Cena - Propaganda Política no Vargasismo e no Peronismo**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2009.
- [28] – PAULO, Heloísa Helena de Jesus. *Op. cit.*
- [29] – *Idem. Ibidem.*
- [30] – *Idem. Ibidem.*
- [31] – AZEVEDO, Fernando. *Op. cit.* p. 188–204.
- [32] – PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. **Dom Helder Camara: o profeta da paz**. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2008. p. 59.
- [33] – SALEM, Tânia. *Op. cit.* p. 97-134.
- [34] – PUC-Rio. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2013. Disponível em <http://www.puc-rio.br/cpa/docs/PDI_2013_17_Vol1_publicacao_CPA.pdf>. Acesso em 09 jun 2013.
- [35] – SALEM, Tânia. *Op. cit.* p. 97-134.
- [36] – FACULDADES CATÓLICAS. *Op. cit.* p. 65-69.
- [37] – *Idem. Ibidem.*
- [38] – SALEM, Tânia. *Op. cit.* p. 97-134.
- [39] – *Idem. Ibidem.*
- [40] – *Idem. Ibidem.*

- [41] – FACULDADES CATÓLICAS. *Op. cit.* p. 65-69.
- [42] – *Idem. Ibidem.*
- [43] – *Idem. Ibidem.* p. 73.
- [44] – SALEM, Tânia. *Op. cit.* p. 97-134.
- [45] – *Idem. Ibidem.*
- [46] – FACULDADES CATÓLICAS. *Op.cit.* p. 75.
- [47] – *Idem. Ibidem.*
- [48] – AZEVEDO, Fernando. *Op. cit.* p. 188–204.
- [49] - FRANCA, Padre Leonel. Ensino Leigo, Ensino Religioso. Rio de Janeiro, Ed. Schmidt,1931. p. 7-8. In: SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1982. p. 97-134.
- [50] – SALEM, Tânia. *Op. cit.* p. 97-134.
- [51] – *Idem. Ibidem.*
- [52] – *Idem. Ibidem.*
- [53] – *Idem. Ibidem.*
- [54] – *Idem. Ibidem.*
- [55] – *Idem. Ibidem.*
- [56] – FRANCA, Padre Leonel. *Op. cit.* p. 97-134.
- [57] – SALEM, Tânia. *Op. cit.* p. 97-134.
- [58] – *Idem. Ibidem.*
- [59] – *Idem. Ibidem.*
- [60] – *Idem. Ibidem.*
- [61] – *Idem. Ibidem.*
- [62] – *Idem. Ibidem.*
- [63] – *Idem. Ibidem.*
- [64] – MEDEIROS, Jarbas. **Alceu Amoroso Lima. Ideologia Autoritária no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978.
- [65] – BLOWER, Almirante Bernard David. *Op. cit.* p. 19.

- [66] – LOBO, Velho. **Guia do Escoteiro** – Edição em fac-símile da 1ª edição de 1925. Rio de Janeiro: Centro Cultural do Movimento Escoteiro, 1994. p. 48.
- [67] – *Idem. Ibidem.*
- [68] – BLOWER, Almirante Bernard David. *Op. cit.* p. 19.
- [69] – GILWELL, Lord Baden-Powel of. Our Aims (1913) *apud* BLOWER, Almirante Bernard David. *Op. cit.* p. 13.
- [70] – _____. *Op. cit.* p. 16.
- [71] – _____. A última mensagem do Chefe. In: GILWELL, Lord Baden-Powel of. **Escotismo para rapazes: um manual de instrução em boa cidadania por meio das artes mateiras** - Edição da Fraternidade Mundial. Curitiba: Escritório Nacional da União dos Escoteiros do Brasil, reedição 2006, reimpressão 2008.
- [72] – _____. *Op. cit.* p. 25.
- [73] – *Idem. Ibidem.* p. 12.
- [74] – *Idem. Ibidem.* p. 12-13.
- [75] – *Idem. Ibidem.* p. 13.
- [76] – *Idem. Ibidem.*
- [77] – *Idem. Ibidem.* p. 209.
- [78] – SODRÉ, Maria Pérola. Entrevista concedida a Thaís Lacerda Queiroz Carvalho. Rio de Janeiro, 10 mai. 2014.
- [79] – ESCOTEIROS DO BRASIL. **Escotismo**. Disponível em: <<http://www.escoteiros.org/escotismo/>>. Acesso em 03 jun. 2014.
- [80] – CPDOC. Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945): Organização Nacional da Juventude. In: **A Era Vargas: dos anos 20 a 1945**. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/OrganizacaoNacionalJuventude>> Acesso em: 15 jul. 2014.
- [81] – *Idem. Ibidem.*
- [82] – BORBA, Bonifácio A. *Op. cit.* p. 7.
- [83] – *Idem. Ibidem.*
- [84] – SALEM, Tânia. *Op. cit.* p. 97-134.
- [85] – MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Reforma Capanema (verbete). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira**. EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=371>> Acesso em 14 nov. 2013.

- [86] – AZEVEDO, Fernando. *Op. cit.* p. 188–204.
- [87] – LOBO, Velho. *Op. cit.* p. 48.
- [88] – FACULDADES CATÓLICAS. *Op.cit.* p. 68.
- [89] – *Idem. Ibidem.*
- [90] – BLOWER, Almirante Bernard David. *Op. cit.* p. 22.
- [91] – PAULO, Heloísa Helena de Jesus. *Op. cit.*
- [92] – SALEM, Tânia. *Op. cit.* p. 97-134.
- [93] – *Idem. Ibidem.*
- [94] – BLOWER, Almirante Bernard David. *Op. cit.* p. 58.
- [95] – *Idem. Ibidem.* p. 57.
- [96] – LOBO, Velho. *Op. cit.* p. 49.
- [97] – *Idem. Ibidem.* p. 48.
- [98] – SALEM, Tânia. *Op. cit.* p. 97-134.
- [99] – GILWELL, Lord Baden-Powel of. *Op. cit.* p. 211.
- [100] – *Idem. Ibidem.* p. 230.
- [101] – SALEM, Tânia. *Op. cit.* p. 97-134.
- [102] – MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. *Op. cit.*
- [103] – ESCOTEIROS DO BRASIL. *Op. cit.*
- [104] – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONUBR). **ONU pede maior poder de decisão para jovens em todo o mundo.** 11 jul. 2014. Disponível em <www.onu.org.br/onu-no-brasil/unesco>. Acesso em 15 jul 2014.